



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Vila velha, 30/03/2011

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELACÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título

Página

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	9
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679	15
Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720	17
Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726	19
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572	39
Quadro 11 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações	41
Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8979	41
Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	43
Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375	43
Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	45
Quadro 16 - Dados Gerais da Ação 2000	45
Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	50
Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais.....	51
Quadro 20 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	52
Quadro 21 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	53
Quadro 22 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade.....	55
Quadro 23 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010.....	57
Quadro 25 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2010	67
Quadro 26 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências	73
Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU.....	76

Sumário

Introdução	7
1 – Informações Gerais de Identificação	9
2 – Objetivos e Metas	11
2.1 – Responsabilidades Institucionais	11
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	12
2.2 – Estratégia de Atuação	12
2.3 - Gestão orçamentária e financeira	14
2.3.1 – Programas/Ações	14
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	15
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	15
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	17
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	19
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	39
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	41
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	<u>41</u>
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	43
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	43
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	45
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	45
2.4 – Desempenho Operacional	49
2.4.1 – Evolução das despesas.....	49
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação	49
2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	50

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	52
2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	53
2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade.....	55
2.4.2 – Indicadores de desempenho.....	56
2.4.3 – Análise do desempenho.....	56
3 - Recursos Humanos.....	57
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2010.....	63
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres.....	68
7 – Previdência Complementar Patrocinada.....	69
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	70
9 – Renúncia Tributária	71
10 – Operações de Fundo	72
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	73
11.1 – Recomendações da CGU	73
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	76
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2010.....	78
13 – Outras Considerações	79
14 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada.....	80
15 – Declaração do Setor de Recursos Humanos	81

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no estado do Espírito Santo tem sua organização constituída em 04 (quatro) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por 03 (três) Delegacias de Polícia Federal em Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e uma Delegacia de Polícia Marítima – DEPOM, localizada no Porto de Vitória.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, 09 (nove) Delegacias Especializadas:

- Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva;**

- Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado);**

- Além de 07 (sete) Setores (Núcleo Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Por oportuno, cabe registrar que há proposta de reorganização do Departamento de Polícia Federal, subdividindo-o em dois eixos temáticos, ou seja,

polícia administrativa e polícia judiciária, que se encontra no Ministério da Justiça para análise e deliberação, sem que haja necessidade de criação de cargo e despesa,

Os dados estatísticos apresentados no relatório anterior permanecem hígidos, os quais são, novamente, colacionados:

“ Conforme dados divulgados no site do governo do estado (WWW.es.gov.br), o Estado do Espírito Santo ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; faz divisa com os Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro; em 2007 apresentou a 4ª maior renda per capita entre as Unidades da Federação (R\$18.003,00), ultrapassando Santa Catarina e sendo superado, apenas, pelo Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro. Os portos capixabas são responsáveis por 9,13% de todo o valor exportado pelo país e 4,95% de todo o valor importado, sendo o segundo maior complexo exportador em valor e o sétimo maior importador, do Brasil. A **BR-262** que parte de Vitória, alcançando Mato Grosso do Sul, constituindo-se na principal via rodoviária de escoamento do Corredor de Transporte Centro Leste de Exportação e Importação formado pela integração de portos capixabas com rodovias e ferrovias, principalmente com a estrada de ferro Vitória-Minas, com o objetivo de exportar parte da produção agrícola e industrial dos estados consorciados do corredor, a maioria sem litoral (MG, GO, DF, TO, MS e MT).

Segundo o Governo Estadual, nos últimos anos, o Espírito Santo foi destaque na produção de petróleo e gás natural no Brasil. Com as descobertas realizadas, principalmente pela Petrobras, o Estado saiu da 5ª posição no ranking brasileiro de reservas, em 2002, para se tornar a segunda maior província petrolífera do País. Com isso a indústria de petróleo no Espírito Santo tem gerado um volume grande de recursos oriundos do pagamento de royalties relativos à exploração de petróleo e gás natural aos municípios nos quais estão localizados os campos produtores e as instalações das empresas.

Como pode ser acima constatado, a Superintendência Regional da Polícia Federal no estado do Espírito Santo está inserida numa unidade da federação de grandeza econômica e estratégica que não deve ser olhada, tão-somente, por sua dimensão territorial.

Hoje o estado do Espírito Santo detém índices notáveis, colocando-o na vanguarda do cenário nacional.”

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado Espírito Santo			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Espírito Santo			
Código SIORG: 000324	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200352
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(27) 3331-8001	(27) 33318002	(27)33318030
Endereço eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – Espírito Santo			
Denominação abreviada: FUNAPOL – ES			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200353
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(27) 3331-8001	(27) 33318002	(27)33318030
Endereço eletrônico: gab.sres@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			

Endereço Postal: Rua Vale do Rio Doce, nº01, São Torquato, Vila Velha/ES
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</p> <p>SR/DPF/ES: Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 193, de 29/04/65, BS. 082, 05/05/65. Transformada em Divisão pelo Dec. 70.665, de 02/06/72, DOU. 104, de 05/06/72. Elevada para Superintendência Regional pela Port. 039/75, BS. 052/75.</p> <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<p>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</p> <p>- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</p> <p>- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.</p> <p>- PORTARIA Nº 318/2005 – DG/DPF, de 09 de agosto de 2005, que ativa a Delegacia de Polícia Federal no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.</p> <p>PORTARIA Nº 683/00-DG/DPF, de 30 de julho de 2000, que dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia Federal no município de Cachoeiro do Itapemirim/ Estado do Espírito Santo</p> <p>PORTARIA Nº 1.470-MJ/DPF, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a instalação da Delegacia Especial de Polícia Marítima do DPF, no município de Vitória/ Estado do Espírito Santo</p>
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Espírito Santo exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2010 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantirem a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

Tendo como norte as diretrizes da direção-geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição a superintendência regional no espírito santo atuou mais notadamente em cumprir as diretrizes emanadas do órgão central, com destaque especial para o combate ao crime organizado, o tráfico ilícito de entorpecentes, corrupção.

2.2 – Estratégia de Atuação

Seguem as estratégias adotadas a fim de atender os objetivos estratégicos da SR/ES em consonância com os objetivos estratégicos do DPF:

Melhoria da Gestão

- Dar continuidade ao Gabinete de Gestão Integrada entre Superintendente/DREX/DRCOR/COR (desburocratização; otimização de recursos humanos e materiais; solução rápida das demandas; e uniformização e coerência das decisões;
- Dar continuidade ao Gabinete de Gestão Participativa, órgão consultivo, que conta com representantes das categorias de policiais e administrativos, visando a discussão de questões de interesse comum na Superintendência;
- Ainda mais este ano (2011), deverá haver adequação ao corte orçamentário implementado pelo Governo Federal, consolidando, nesta Regional, o plano de redução de gastos visando otimização dos recursos;
- Aquisição de equipamentos e softwares para melhoria das atividades administrativa e policial;

- Pesquisa de satisfação realizada junto ao público pelo setor de emissão de passaporte;
- Transparência na divulgação dos gastos por meio do portal (intranet);
- Acordo de cooperação técnica com outros órgãos/entidades para fins de acesso a banco de dados.

Combate a Corrupção:

- Participação desta Superintendência na criação da Rede de Controle, formado pelo TCU, CGU, AGU, RFB, PF e MPF (núcleo duro), bem como por outros órgãos que possam colaborar na detecção de fraudes, desvios de verbas e corrupções que envolvam a União, para fins de atuação preventiva, repressiva (operações em conjunto) e ainda tentar recuperar o dano ao erário.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2- Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES - FIM DA POLÍCIA FEDERAL – FUNAPOL	30909	200337

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A superintendência regional do espírito santo, também, executou recursos do programa de modernização da polícia federal, na ação referente à construção de unidades do dpf, com a substituição e instalação de telhado novo na delegacia de polícia federal de Cachoeiro de Itapemirim e elevação do muro frontal da Delegacia de Polícia federal de São Mateus, para instalação de concertina.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3- Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa	Finalístico	
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos	Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Sérgio Barboza Menezes	
Indicador(es) para avaliação do programa	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal	
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade	
Código	Tipo¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	200353
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2679 FISCALIZACAO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUCAO, TRANSPORTE E COMERCIO DE PRECURSORES QUIMICOS	295.800,00	295.800,00	34.000,00	

Os valores acima se referem a processo de aquisição de 10 notebooks para SR/DPF/ES e 77 notebooks para serem distribuídos a outras unidades.

Considerações

No ano de 2010 o Setor de Controle de Produtos Químicos desta descentralizada realizou diversos atendimentos a pessoas interessadas na obtenção do registro, licença, renovação de licença e comunicados, para o exercício de atividades com produtos químicos controlados pela Polícia Federal.

Cabe ressaltar que toda documentação é encaminhada ao órgão Central responsável pelo cadastramento e licenciamento das pessoas físicas e jurídicas, bem como pela emissão dos documentos de controle.

NO exercício de 2010, foram **notificadas 23 empresas** acerca dos termos das decisões proferidas nos respectivos processos administrativos, além de **01 auto de restituição** referente a produto químico que se encontrava apreendido.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 5 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidades executoras	200353
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2720	ACOES DE CARATER SIGILOSO NA AREA DE SEGURANCA PUBLICA	209.024,34	209.024,34	209.024,34	-

Considerações

Resultados

ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
INQUÉRITOS INSTAURADOS (POR PORTARIA E RETOMBAMENTO)	04
INQUÉRITOS RELATADOS	02
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	01
OPERAÇÕES POLICIAIS INICIADAS	05
OPERAÇÕES POLICIAIS CONCLUÍDAS	02

OUTRAS ATIVIDADES	
DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
PEDIDOS DE INTELIGÊNCIA RECEBIDOS (SISDOC-I e externos)	48
PEDIDOS DE INTELIGÊNCIA EXPEDIDOS	46
RELATÓRIOS DE ANÁLISE EXPEDIDOS	50
RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA EXPEDIDOS	95
INFORMAÇÕES EXPEDIDAS	52
INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (Concursos públicos: DPF e DEPEN)	40
INVESTIGAÇÕES DE SEGURANÇA PARA INGRESSO NO DPF (terceirizados), PM/ES, 38 BI etc.	949
INVESTIGAÇÕES DE SEGURANÇA PARA FUNÇÃO NO DPF	23
CAUTELAS DE E.D. (para atividades de outros setores)	06
USUÁRIOS CADASTRADOS – SENHA-REDE	16
USUÁRIOS CADASTRADOS - JUCEES	11
USUÁRIOS CADASTRADOS - INFOSEG	11

Considerações

Foram desenvolvidas operações policiais voltadas ao combate às organizações criminosas, bem como atividades de combate à corrupção interna (contra-inteligência), em especial as operações F1, CITE-SE, CALE-SE, SHOT e ESCUDO.

Foram realizadas dezenas de operações de inteligência (strictu sensu) para atender à demanda interna e externa (pedidos de inteligência, denúncias, técnicas especializadas etc.)

Houve participação dos servidores em treinamentos afetos à área de inteligência promovidos pela DIP e ANP.

Além de todas essas atividades, também foram realizadas as diversas atividades corriqueiras decorrentes das investigações sociais, que também demandam deslocamentos, diárias, passagens e outros gastos administrativos.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 6 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
Descrição	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidades executoras	200353
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp. Executada por Inscr. em RP Não-Proc
2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS DE INTERESSES DA UNIAO	2.037.273,97	2.037.273,97	2.037.273,97	-

OS VALORES ACIMA DESCRITOS SE REFEREM A DIÁRIAS POLICIAIS
PAGAS NO EXERCÍCIO DE 2010.

Considerações

Em relação às operações policiais realizadas no ano de 2010, mencionaremos abaixo as principais, ressaltando a diversificação nos ramos de atuação e as grandes somas envolvidas :

PRINCIPAIS OPERAÇÕES

OPERAÇÃO	SETOR	OBJETIVO	RESULTADOS
NORONHA	DELEFAZ	Fraude no Bolsa Família por uma funcionária terceirizada da CEF, responsável pelo arquivamento e controle dos cartões	Indiciamento de 02 pessoas (312, § 1º) e apreensão de 50 cartões (49 do bolsa família e 01 do Bolsa Cidadão)
BROCA	DELEFAZ	Fraude na compensação de créditos no ramo de café	A organização era responsável pela fraude na obtenção de crédito oriundo da venda de café, estimando o prejuízo em 400 milhões . A operação investigou fraudes em cerca de 80% do mercado de café no Estado, incluindo corretoras, empresas laranjas, indústrias e exportadoras.. A deflagração contou com a participação de 340 PF e 80 Auditores da RF.
PANACEIA I	DELEFAZ	Tráfico de drogas (remédio), via internet	Apreensão de 161.000 comprimidos, mais de 15% da apreensão mundial cordenada pela Interpol na Operação Pangéia III, e mais de 7 vezes a apreensão nacional realizada no dia 19/10/10.
PANACEIA II	DELEFAZ	Tráfico de drogas (remédio), via internet	Apreensão de comprimidos.
ROMENIA	DELEPREV	Fraude no Benefício de Auxílio ao Idoso	Desbaratamento de uma quadrilha de Ciganos, especializada em fraudar o INSS, tendo sido descoberto

			cerca de 80 benefícios irregulares, desde 2008 e prejuízo estimado de R\$ 500.000,00
GEMEOS	DELEPREV	Fraude no benefício de pensão	03 prisões preventivas, incluindo a prisão de 01 dono de cartório em Agua Doce do Norte/ES e busca no cartório, sendo encontrado farta documentação ideologicamente falsificada, consistindo na criação fictícia de filhos de pai falecidos e instituidores de pensão. 11 benefícios irregulares foram identificados, com prejuízo de cerca de R\$ 400.000,00
GENEBRA	DELINST	Tráfico internacional de pessoas, para fins de exploração sexual	03 Preventivas e 02 Buscas, sendo que 01 prisão e uma busca foram cumpridas na Suíça. Foram apreendidos passaportes falsos e anotações sobre contabilidade da exploração sexual
TAPETE PERSA	DELINST	Pornografia infantil via internet (Operação Nacional)	1 pessoa presa em flagrante
ORFEU	DELINST	Tráfico internacional de pessoas, para fins de exploração sexual	Foram cumpridos 02 Mandados de Busca na cidade de Belo Horizonte, sendo arrecadados computadores que continham os indícios do crime investigado
MOEDA DE TROCA	DELINST	Fraude em licitações em municípios do Estado	Foi cumprido busca em 01 prefeitura, sendo apurado cerca de R\$ 28.000.000,00 em valor de contrato fraudado.
EM NOME DO	DELINST	Crime Eleitoral	

FILHO			
COLIBRI	DELEMAPH	Caça predatória em reserva Biológica Federal	10 prisões temporárias cumpridas em Santa Teresa/ES (04 foram transformadas em Preventiva), sendo feito 05 flagrantes (posse de armas irregulares), além da apreensão de 25 cães de caça, 39 armas (14 não registradas e 25 registradas, conforme decisão judicial), material de caça, passáros silvestres, armadilhas. 70 PF, 40 PM, 12 PM AMBIENTAL, 10 IBAMA, 3 PC, 1 MP.
RASTRO	DELEPAT	Clonagem de cartão	02 presos em flagrante no dia 17/05/10 em razão de ter passado cartão clonado no comércio e uso de documento falso. Após a prisão, foi cumprido 02 MB, ocasião em que foram encontrados mais de 1.500 cartões clonados, cerca de 4.500 cartões em branco, vários documentos falsos, apetrechos para falsificação de cartões e documentos. Na operação foram apreendidos vários veículos e sequestrados vários imóveis, além de ser bloqueadas diversas contas. O prejuízo estimado é de R\$ 3.000.000,00 . Foram 11 meses de investigação.
POSTAL VIII	DELEPAT	Roubo aos Correios	Desbaratamento de uma quadrilha que assaltava várias agências dos Correios no Estado e em MG, sendo apreendido uma arma com os asaltantes os quais estavam se preparando para cometer outro assalto.
CONTUMACI	DRE	Tráfico de Drogas	03 presos em flagrante (01 preventiva), sendo encontrado cerca de 02 kg de cocaína (em Teixeira de Freitas/BA),

A			R\$ 2.650,00, 01 revolver 38, munições e 02 camionetes Hylux semi-novas. O alvo principal já havia sido preso anteriormente por 02 vezes, sempre com grande quantidade de cocaína (10 e 27 kg).
MARACANÃ	DRE	Tráfico de Drogas	Prisão em flagrante de 05 pessoas, sendo 3 traficantes e 2 PRF/RJ, os quais, ao acharem a droga no carro, seguraram o carro e liberaram os traficantes sob a condição de pagarem uma quantia para recuperarem a droga. Os 5 foram presos no momento em que pagavam R\$ 13.000,00, sendo apreendido 65 kg de maconha e 3 carros..
TATUÍ	DPF/CIT	Extração irregular de areia	32 MB (21 residências e 11 depósitos), 09 prisões preventivas cumpridas e 04 flagrantes, apreensão de 07 caminhões e 01 pá-carregadeira. Cerca de 180 PF na deflagração.
ITABIRA	DPF/CIT	Tráfico de Drogas	04 presos em flagrante, 03 prisões temporárias e 05 MB. Apreensão de 27 kg de maconha, 850 gramas de crack e cerca de R\$15.000,00
TIRA TEIMA	DPF/SMT	Tráfico de Drogas	29 Mandados de Buscas cumpridos para desbaratar uma quadrilha de tráfico de drogas que atuava no norte do Estado, sendo presos 17 pessoas em flagrante
SALVO	DPF/SMT	Tráfico de Drogas	17 presos (15 prisões preventivas cumpridas no município de Montanha/ES e mais 02 em flagrante),

CONDUTO			além da apreensão de 01 menor e 01 prisão domiciliar, cerca de 600 gramas de pasta base, R\$ 2.500,00, balança e munição. 17 PF e 100 PM participaram na deflagração. Antes da deflagração, foi preso em flagrante 02 (sendo 01 PC/ES), 17 kg de cocaína, 5 carros e 3 armas, e cerca de R\$ 2.800,00.
FICHA LIMPA	DPF/SMT	Distribuição gratuita de combustível em troca de votos	Cumprimento de 10 MB em Jaguaré, visando coibir a compra de votos, através da distribuição de combustível gratuitamente. 01 foi preso em flagrante por posse ilegal de arma. Vários cheques e documentos foram apreendidos. A ação contou com a participação da PF e PM. A tarde foram cumpridos mais 03 MB
PEDREIRA V	DPF/SMT	Poluição que causa dano a saúde (PF, DNPM e MTE)	A Operação, inédita no país, visa reprimir a extração ilegal de granito na região e cessar a poluição produzida pela atividade ilegal no momento da perfuração e corte do mineral. Na empresa investigada foram apreendidos 270 blocos de granito, uma carregadeira, uma escavadeira, duas perfuratrizes, um gerador, sete marteletes sem adaptação para água, três compressores, dois pulmões de ar, uma máquina de fio diamantado, explosivos sem registro no Exército, munição e documentos.

CALIFORNIA	DPF/SMT	Tráfico de Drogas	33 buscas cumpridas, sendo apreendidas 04 armas e 04 carros.
------------	---------	-------------------	--

Apresentamos a seguir o quadro comparativo das prisões e dos mandados de buscas cumpridos:

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010
MANDADOS DE BUSCA E <u>APREENSÃO</u>	180	162	336
MANDADOS DE PRISÃO <u>TEMPORÁRIA</u>	93	45	26
MANDADOS DE PRISÃO <u>PREVENTIVA</u>	13	94	144
NÚMERO DE PRESOS EM <u>FLAGRANTE</u>	161	116	206

Atendendo orientação da Direção Geral, e com base na melhoria da robustez das provas, a maioria das prisões cautelares representadas pela Polícia Federal e concedidas pela Justiça são na modalidade PREVENTIVA, ao invés da PRISÃO TEMPORÁRIA, fato este demonstrado no quadro acima (diminuição das prisões temporárias)

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES 2010

1. CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE VTR'S

Funcionamento: 2º Semestre de 2010.

Aprimoramento do sistema de controle de fluxo de entrada e saída de viaturas e demais veículos na área desta sede, adotando-se colocação de cancelas na entrada e saída dos lados da guarita de controle.

Redução dos custos já no primeiro mês em cerca de 20 a 30%, em razão da criação de senhas pessoais e orientação para utilização dos telefones estritamente para o serviço, bem como, pela utilização de voip para falar entre as Delegacias do interior.

Previsão de redução dos custos ainda maior: quando a interface celular começar a funcionar.

2. PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA DPF/SMT/ES*

Em processo de implementação.

3. PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO DEPOM*

Projeto paralisado em razão da ausência de recursos

4. CESSÃO DO TERRENO DA VALE PARA COLOCAR VIATURAS APREENDIDAS*

Houve a cessão do terreno , com a desocupação de parte da área da sede da SR/ES, viabilizando o deslocamento de materiais e veículos apreendidos para o referido local

5. PROJETO DE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMARAS COM CIRCUITO INTERNO DE VIGILÂNCIA*

Foram instaladas câmeras para controle às vias de acesso da SR/ES e defronte ao Serviço de Permanência do Plantão para maior eficiência no controle de acesso a servidores e usuários nas instalações desta sede.

PRÁTICAS INOVADORAS

1. REDUÇÃO DE DEMANDA ELEITORAL

Polícia Judiciária

Ação: Criado o Gabinete de Gestão Integrada GGI, composto pela Polícia Federal, Justiça Eleitoral (TRE/ES), Ministério Público Estadual e Federal, e outros organismos de segurança pública, promovendo a integração e voltado para a promoção de maior celeridade no que concerne ao pronto atendimento das demandas relacionadas à elucidação de crimes eleitorais, permitindo maior velocidade no atendimento às denúncias encaminhadas ao TJ/ES, MPE, Polícia Federal e demais órgãos atuantes, otimizando, assim, o processo de investigação de crimes eleitorais

Resultado: Redução da demanda de ações policiais em face de requisições eleitorais, as quais passaram a ser concentradas no próprio TRE/ES.

Métodos utilizados: Centralização do palco de operações com a atuação conjunta de todos os seguimentos envolvidos de forma a promover ações de pronto atendimento às demandas decorrentes do pleito eleitoral de 2010. Aplicação de súmula do STE quando à utilização da polícia civil nas comarcas em que a PF não esteja presente.

2. SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE INQUÉRITOS

Polícia Judiciária

Ação: Implementação e melhorias no sistema informatizado de **atribuição de pesos aos procedimentos a serem distribuídos** às autoridades policiais, adotando-se, para fins de acompanhamento de procedimentos, controle e produção de peças cartorárias. o SISCART.

Resultado: Aprimoramento dos processos de distribuição de IPLs, acompanhamento de procedimentos e maior celeridade na produção de peças cartorárias e outros expedientes, tornando mais célere e eficiente a condução de apuratórios e o tramite de documentos cartorários.

Métodos utilizados: Adoção do SISCART para controle de IPL's e de expedientes diversos, possibilitando o acompanhamento dos mesmos em tempo real.

Observações: O sistema vem tendo grande aceitação por parte das autoridades, uniformizando-se modelos e rotinas desempenhadas pelo próprio sistema.

3. IMPLEMENTAÇÃO DA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE FLUXO TELEMÁTICO

Polícia Judiciária

Ação: Implementação do sistema informatizado visando facilitar a **análise de dados de internet legalmente interceptados**, suprimindo carências apresentadas por outras ferramentas existentes no mercado (*Net Resident*).

Resultado: Melhorias de uma ferramenta própria e adequada ao uso policial, propiciando o alcance de uma gama maior de informações e conhecimento, de forma mais dinâmica, gerenciando-se todas as informações produzidas ou acessadas pelo alvo em *Chats*, e-mails, sítios virtuais de relacionamentos.

Métodos utilizados: Utilização de ferramentas de desenvolvimento de sistemas *Delphi*.

Observações: O sistema vem tendo boa aceitação entre o público usuário policial, com grande utilização nas últimas operações da SR/ES, SR/GO (DRE), SR/CE, SR/SE, SE/AP, SR/SP.

4. SISTEMA DE CONTROLE DE ALVOS – MOSCA

Polícia Judiciária

Ação: Desenvolvimento de um sistema de banco de dados próprio e simplificado visando suprir carências apresentadas pelo sistema I2, possibilitando a visualização e controle de “relacionamento de alvos” de forma mais prática e intuitiva, apresentando uma interface gráfica semelhante àquela utilizada pelo sítio virtual ORKUT.

Resultado: Maior facilidade na utilização da ferramenta e agilidade na localização de relacionamento de alvos. O programa não requer profundo conhecimento de seu funcionamento em face de sua interface intuitiva e dinâmica.

Métodos utilizados: Desenvolvimento de software próprio.

Observações: O sistema, embora ainda em fase de testes, vem apresentando grande aceitação em outras unidades, que já o estão utilizando (DPAT, DCOR, DIP e outras).

5. GESTÃO DE PESSOAL – QUALIDADE DE VIDA

Gestão Administrativa

Ação: Manutenção do programa “Semana da Saúde”, com a realização de ações de promoção da saúde e de orientações visando a prevenção de doenças.

Resultado: Melhoria da qualidade de vida dos servidores ativos e aposentados, contribuindo assim para a prevenção de doenças bem como para a valorização profissional, com resultados diretos na qualidade do serviço e no bem estar geral. Conhecimento prévio, e acompanhamento, por parte da Administração, de problemas de saúde física e mental de seus servidores, propiciando a possibilidade de intervenção com a realização de ações preventivas e tratamentos mais eficazes, de maneira a manter o equilíbrio físico e emocional do servidor policial e demais integrantes do corpo funcional.

Métodos utilizados: Realização de palestras. Atendimento médico, odontológico e psicológico. Testes de glicemia. Acuidade visual. Aferição de pressão arterial. Aplicação de testes de medição de nível de stress e depressão. Massoterapia. Yoga laboral. Oficina de relaxamento, de interação interpessoal. IMC. Avaliação física.

Observações: O programa tem mostrado resultados satisfatórios em face do controle dos parâmetros de saúde dos servidores e controle do stress, cujos resultados já sofreram avaliação e acompanhamento por parte da Administração.

6. PROVIDÊNCIAS DIVERSAS NO ÂMBITO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Gestão Administrativa

AÇÕES:

- 1- Continuidade do treinamento e capacitação dos componentes da **Brigada de Prevenção e Combate a Incêndios/SR/DPF/ES** e busca de novos integrantes para compor o referido grupo;
- 2- Manutenção do **Coral** da SR/DPF/ES;
- 3- Implementação do sistema de **coleta seletiva de lixo** em conjunto com coleta feita pela Associação dos Catadores;
- 4- Implementação de sistema de segurança de controle de entrada e saída de pessoas com a **identificação visual de visitantes e controle de sistema de câmeras de vigilância**. A implantação de scanners e detectores de metais encontra-se em fase de implantação;
- 5- Ainda em desenvolvimento o software para **controle de entrada e saída de veículos** por meio de dispositivo eletrônico do tipo “TAG”;
- 6- Promoção do **treinamento de armamento e tiro** através do NAT – Núcleo de Armamento e Tiro, com a capacitação de servidores para manuseio dos armamentos disponibilizados pelo DPF, sendo utilizada a área de treinamento da APOFES, sempre sob orientação de Policiais/instrutores capacitados pela ANP, conforme cronograma específico;
- 7- **Promoção da atividade física obrigatória** para os servidores Policiais Federais, com o incentivo, divulgação e designação específica de servidores para a coordenação das atividades

RESULTADOS:

- 1- Implementação da segurança contra incêndios proporcionada pelo treinamento e atualização de cursos destinados a servidores para da Brigada de Prevenção e Combate a Incêndios;
- 2- Ganho de qualidade de vida e redução dos níveis de stress dos servidores, proporcionados pela manutenção do Coral da SR/DPF/ES, enquanto atividade cultural;
- 3- Maior nível de segurança das instalações alcançada com o Sistema de Identificação de Visitantes com scanners e detectores de metais;

- 4- Implementação da segurança das instalações e controle de viaturas visando o gerenciamento do acesso Às instalações da SR/DPF/ES;
- 5- Redução do Impacto Ambiental com continuidade do Programa Carbono Neutro efetuando-se o plantio de mudas em áreas da Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim (IFES) e São Mateus;
- 6- Maior capacitação do Policial Federal no Estado com a realização de cursos de palestras voltadas para a atividade policial;
- 7- Grande adesão dos servidores, com a conseqüente melhora na satisfação dos servidores e desempenho em suas atividades laborais.

VISITA A OBRA SOCIAL CRISTO REI

VISITA A ASILO DE IDOSOS

7. PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – ATENDIMENTO PASSAPORTE

Gestão Administrativa

Ação: Manutenção de ferramenta de pesquisa de opinião pública, através de questionários aos usuários do serviço da DELEMIG/ES, visando avaliar a qualidade do serviço de emissão de passaporte e proporcionar maior feedback com o público usuário dos serviços do DPF.

Resultado: Analisando o resultado da pesquisa, podemos observar que a grande maioria dos usuários que participaram do questionário demonstraram satisfação tanto no procedimento adotado, quanto no atendimento.

Métodos utilizados: Aplicação periódica de questionário para usuários do serviço, a fim de se analisar críticas e elogios, visando detectar a necessidade de melhorias no serviço de atendimento ao público.

DIRETRIZES DAS UNIDADES CENTRAIS

1. DIRETORIA EXECUTIVA

1. Atendimento aos recrutamentos no prazo estabelecido e com o perfil solicitado (8% do efetivo de cada cargo).

(x) Cumprida

Observações: Eventualmente a SR/DPF/ES, disponibilizou mais do que os 8% previstos, tendo alcançado, por vezes, aproximadamente 13% de policiais em missão permanente:

OPERAÇÃO	DPF'S	PCF's	APF's	PPF's	EPF's
ARCO DE FOGO	04	03	0	0	04
ROOSEVELT	0	0	10	0	0
PORTAL	0	0	04	0	0
SENTINELA	04	0	42	0	02
SEG. JUIZ FEDERAL ODILON – MS	0	0	01	0	0
TOTAL	08	03	57	0	06

Além do atendimento a eventual Recrutamento, GISE e SEPOM

Custo global referente a diárias pagas a servidores para manutenção de operações consideradas permanentes e as de iniciativa da SR/DPF/ES:

EXERCÍCIO	VALOR TOTAL (R\$)
2009	1.559.159,44
2010	2.037.273,97

2. **Permanência dos policiais capacitados na atividade de controle e fiscalização de segurança privada (DELESP)**

(x) Cumprida

Observações: Com a implementação do sistema GESP, os Policiais lotados na DELESP repassaram o conhecimento para as Delegacias Descentralizadas.

3. **Terceirização do controle migratório e Terceirização da expedição de passaportes.**

(x) Cumprida

Observações: O primeiro não se aplica, uma vez que não há vôos internacionais no Estado; já quanto aos segundo item, foram contratados servidores terceirizados para atuarem na DELEMIG.

4. **Otimização/racionalização dos equipamentos do novo passaporte.**

(x) Cumprida

Observações:

5. **Prazo máximo de 10 dias para agendamento do passaporte e existência de alternativa para os casos de urgência devidamente fundamentados (que não se confundem com o passaporte de emergência)**

(x) Cumprida

Observações: Atualmente o usuário do serviço obtém o documento em aproximadamente 03 dias úteis.

6. Destinação de viaturas específicas para a atividade de segurança de dignitários nas SRs RJ, DF e SP (veículos novos distribuídos recentemente);

(x) Cumprida

Observações:

7. Manutenção dos servidores treinados para segurança de dignitários, nos NSDs ou DELINSTs.

(x) Cumprida

Observações:

8. Prestação de informações, em tempo real, acerca de invasões de prédios públicos, fazendas e outros imóveis, por movimentos sociais e indígenas.

(x) Cumprida

Observações:

9. Interface com os órgãos de segurança do estado, para solução de conflitos sociais.

(x) Cumprida

Observações:

10. Manter escala especial de férias nos períodos pré e pós eleitoral, para atendimento das ocorrências eleitorais, visando a redução de demandas por IPLs (trabalho preventivo).

(x) Cumprida

Observações: Além disso, foram montada várias equipes de policiais cedidos de outros setores da Superintendência, para integrarem equipes de trabalho junto ao GGI, sob o comando do chefe da DELINST para atuar nas ocorrências eleitorais.

11. Descentralização efetiva das operações policiais, priorizando sempre que possível meios e recursos humanos próprios

(x) Cumprida

Observações: Sempre que possível a SR/DPF/ES utiliza-se do próprio efetivo para realizar as operações policiais, fazendo o remanejamento temporário do efetivo das Delegacias da Superintendência e das do interior.

12. Cadastramento das operações no CINTEPOL e/ou repasse de informações ao órgão central responsável pela área objeto do trabalho.

(x) Cumprida

Observações: As Operações de maior vulto sempre são comunicadas, desde o início, às Diretorias/Coordenações respectivas.

13. Conhecimento das operações em andamento dentro do Estado pela Delegacia Especializada da SR e repasse das informações em nível regional (gestão compartilhada);

(x) Cumprida

Observações:

14. Especialização e/ou concentração dos IPLs por área investigada (ex: moeda falsa, CEF, desvio de recursos públicos, etc);

(x) Cumprida

Observações: Considerando o efetivo reduzido de Delegados, dentro do possível há a concentração/especialização, sendo que, com exceção da DELEPREV (que é

totalmente especializada), todos os Delegados também presidem inquéritos de fazendária.

15. Cumprimento do manual de gestão de operações policiais.

(x) Cumprida

Observações: na Superintendência há 04 DPF'S que fizeram o curso de gestão de operações, sendo que as informações adquiridas foram repassadas aos demais Delegados e o manual foi amplamente divulgado, além disso, é cobrada a observância das orientações constantes no mesmo.

16. Criação do Grupo de Pronto Intervenção (GPI), embora seja faculdade e não obrigação

() Cumprida

Observações:Inexistência de contingente para atendimento da exigência

17. Implantação do Registro Eletrônico de Frequência –REF, como sistema de controle de frequência dos servidores,

(x) Cumprido

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Unidades executoras	200353
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO	6.290,10	1.800,00	1.800,00	4.490,10

Os valores acima se referem a inscrições na Semana Orçamentária e Financeira promovida pela ESAF, curso de capacitação em Libras promovido pelo SENAI/ES e curso de qualidade no atendimento a clientes ministrado pelo SENAC/ES para os servidores da SR/DPF/ES.

Considerações

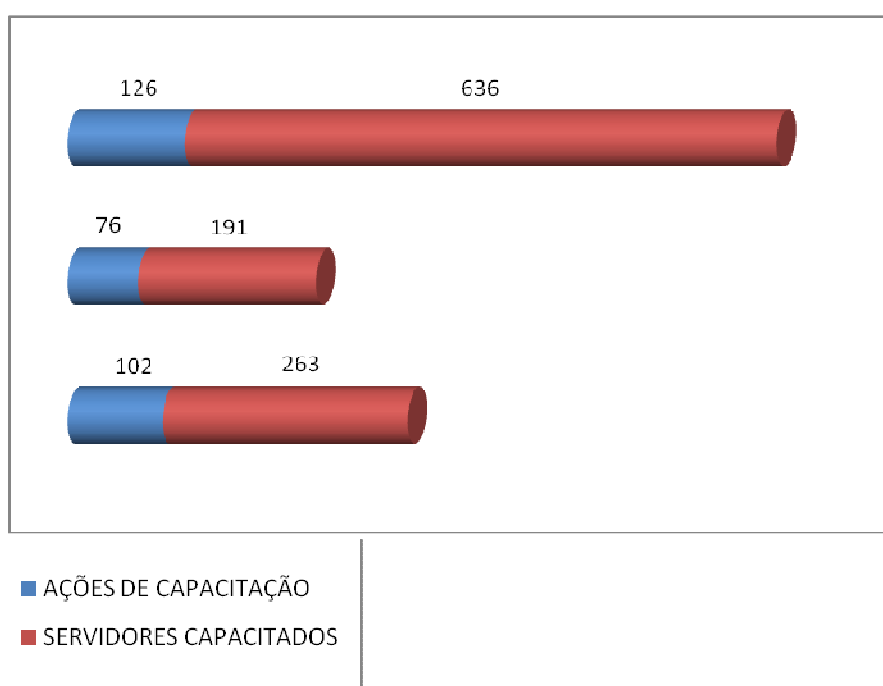
TABELA DE AÇÕES DE CAPACITAÇÃO ANO 2010

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	2008	2009	2010
1. PROPORCIONADAS PELO DPF (Presenciais)			
1.1. INICIATIVAS DA ANP e OUTRAS DIRETORIAS	49	44	69
1.2. INICIATIVAS SR/DPF/ES (T&D)	17	08	21
2. PROPORCIONADAS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES	36 (*)	24 (*)	36 (*)
3. SERVIDORES CAPACITADOS	151(**)	112(**)	536 (**)
4. REDE SENASP EAD (Ensino a Distancia)	112	79	100

(*) Estão incluídas as Licenças Capacitação

(**) Alguns servidores foram considerados mais de uma vez para fins de soma, pois participaram de mais de uma ação.

TOTAL	2008	2009	2010
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (Soma entre o item 1 e 2)	102	76	126
SERVIDORES CAPACITADOS (Soma entre o item 3 e 4)	263	191	636



2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as Ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 11 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Sérgio Barboza Menezes
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.2 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 12 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidades executoras	
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

² Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Fonte: SIGPLAN

Programa	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	112.106,04			112.106,04

Considerações:

PROCESSO 08285.017150/2010-03, R\$ 103.029,00

SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TELHADO NOVO NA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

1. Atualmente, as coberturas presentes em dois edifícios da Delegacia de Polícia Federal, localizada em Cachoeiro de Itapemirim, apresentam infiltrações quando do acontecimento de chuvas. Tal umidade dentro das construções tem causado danos e prejuízos aos materiais/equipamentos presentes nas edificações.

2. Além disso, foi verificado que certas estruturas de apoio às telhas apresentam-se debilitadas, pois existem deflexões em algumas madeiras responsáveis pela sustentação. No tocante às telhas, verificou-se que as mesmas apresentavam degradadas devido a sua exposição às condições climáticas/ambientais.

3. Para corrigir as infiltrações e também impedir eventuais desabamentos, que podem causar inúmeros prejuízos e danos foi necessária a substituição das coberturas de dois edifícios da delegacia em tela.

PROCESSO 08285.0255532010/18, R\$ 9077,40

ELEVACAO DO MURO FRONTAL DA DPF/SMT/ES, PARA INSTALAÇÃO DE CONCERTINA.

1. Contratação de pessoa jurídica especializada para execução de Obras e serviços de engenharia visando a elevação em 75 cm (setenta e cinco centímetros) do muro frontal da Delegacia de Polícia Federal em São Mateus no Estado do Espírito Santo–DPF/SMT/ES, incluindo a demolição dos elementos vazados (Cobogó) do muro existente, conforme Projeto Básico e demais anexos do Edital do processo licitatório.

2. Com o objetivo de aprimorar a segurança física da DPF/SMT/ES faz-se necessária a instalação de CONCERTINAS em todo o perímetro da delegacia, entretanto, o muro frontal se encontra com nível abaixo do recomendado para instalação, qual seja, igual ou superior a 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros). Desta forma deve-se elevar o nível do muro frontal em 75 cm, em conformidade com a segurança necessária à instalação, bem como para o nivelamento com o restante do perímetro já existente.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 13 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Sérgio Barboza Menezes
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 14 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidades executoras	200352
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Programa	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
8375	CAMPANHA DO DESARMAMENTO	20.400,00	19.400,00		1.000,00

Os valores acima se referem a indenização de armas pagas no exercício de 2010.

Considerações

REGISTROS DE ARMAS EMITIDOS							
ARMAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
RECADASTRADAS	18	1.234	1.265	1.237	3.020	9.122	14.373

Em relação á CAMPANHA NACIONAL DE DESARMAMENTO (entrega voluntárias de armas), o SINARM distribuiu panfletos com material informativo nas dependências do setor, bem como durante eventos abertos ao público onde havia a participação da Polícia Federal. Abaixo o quadro com as estatísticas de armas entregues voluntariamente.

CAMPANHA PELO DESARMAMENTO							
ARMAS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
ENTREGA VOLUNTÁRIA	2.742	3.406	16	224	204	450	94

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 15 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral	Não informado	
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
Gerente de Programa	Não informado	
Responsável pelo Programa	Sérgio Barboza Menezes	
Indicadores para avaliação do programa	Este Programa não possui indicadores.	
Público-alvo (beneficiários)	Governo	
Código	Tipo³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 16 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200352 e 200353
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Programa	Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	SR/ FUNAPOL	35.254,52	35.254,52	35.254,52	-
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	SR	7.859.168,17	6.950.714,62	6.906.116,95	908.453,55

É de conhecimento de todos, haja vista a divulgação nos meios de comunicação de massa, o Brasil tem sentido os efeitos das recentes crises econômicas iniciada nos Estados Unidos da América e com seus reflexos propagados em diversos países da Europa, América do Sul, etc. em especial, aqueles que não realizaram o “dever de casa”, ou seja, não adotaram medidas de ajuste fiscal.

Os reflexos desta crise atingiram diretamente o orçamento da Administração Pública Federal, sendo fortemente sentidos no primeiro semestre de 2009, todavia, refletiu diretamente no orçamento de 2010 e ainda presente no orçamento de 2011, conforme divulgado na Mensagem Oficial Circular 01/2011 – Diretor-Geral, na qual informa sobre o “CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS”;

Este “corte” de crédito atingiu diretamente o planejamento logístico e de gastos das Superintendências Regionais, às quais encerraram o exercício financeiro de 2010 com déficit substancial, atingindo, em algumas SRs, valores superiores a 4 milhões de reais.

Especificamente quanto a SR/ES, realizamos um plano de redução de gastos devidamente aprovado pelo Superintendente Regional e publicado em AS. Assim sendo, esta SR/ES encerrou o exercício

financeiro de 2011 sem déficit orçamentário e avançamos ainda mais, atingimos nossos objetivos conforme planejado.

Observe abaixo:

Plano aprovado em fevereiro de 2010.

Situação:

Redução de gastos prevista - aprovada	R\$ 599.000,00
Economia média alcançada de fevereiro a dezembro/2010	R\$ 615.000,00

O valor de R\$ **615.000,00**, economizado, foi totalmente reinvestido nesta Unidade Gestora da seguinte forma:

Readequação dos ambientes de trabalho das delegacias/setores, inclusive descentralizadas, através de confecção de mobiliário embutido, tais como armários e mesas;
Aquisição de bens com maiores demandas (cadeiras, mesas, bebedouros, ares-condicionados split, televisores, fragmentadoras de papel, monitores LCD, 10 notebooks, 02 desktops, 01 impressora colorida, etc.;
Reforma (aumento) do muro da DPF/SMT para fins de colocação de concertina;
Reforma (troca de telhado e madeiras) da DPF/CIT;
Realização de projeto e aquisição/confecção de placas e totens para sinalização interna da SR;
Investimento em segurança:
Módulo NEXTEL para fins de interceptações telefônicas;
Aquisição de equipamentos para a DRE – Barreira móvel com Raios X.
Desativação da custódia;
Calçamento ao lado do Núcleo de Transporte;
Manutenção e pintura dos sistemas de ar-condicionado central.

Atualmente esta SR/ES encontra-se com as seguintes frentes de trabalho:

Colocação de mobiliário embutido na SR/ES e DPF/SMT;
Reforma do muro da DPF/SMT;
Reforma (troca do telhado e madeiras) da DPF/CIT;
Instalação do projeto de sinalização interna da SR/ES (placas e totens);
Calçamento do estacionamento ao lado do NUTRAN e adequação do ambiente para lavar

veículos;
Implementação de medidas de segurança sugeridas pela correição – câmaras de vigilância interna e externa e outras medidas.

Próximas ações a serem implementadas em 2011:

Recuperação dos ambientes e partes afetadas pelo incêndio;
Projeto para o estande de tiros;
Reforma do setor de inteligência e NO da DPF/CIT;
Projetos para construção de paiol de munição, pólvoras, granadas, explosivos, etc.;
Depósitos para o NAD e Oficina para a Manutenção predial;
Modificação do setor RH;
Demolição e projetos de aproveitamento do espaço da custódia;
Dar segmento ao projeto do restaurante;
Elaboração de projetos de construção da nova sede da DPF/SMT;
Aquisição de bens, em especial, computadores, veículos, mesas, cadeiras, equipamentos de segurança, etc.

Verifica-se que atualmente as cotas orçamentárias distribuídas a esta SR/ES destinadas ao exercício financeiro de 2011 serão INSUFICIENTES para atender as despesas básicas de caráter continuado, a exemplo dos mais de quarenta contratos vigentes.

Diante da real situação somos obrigados a realizar diversas medidas de contenção de gastos e ainda realizar gestões junto a administração central para fins de viabilização de créditos suplementares destinados a esta SR, objetivando realizar investimentos básicos e necessários ao seu adequado funcionamento, bem como implementar medidas que ofereçam melhores condições de trabalho para a eficácia, eficiência e economicidade de nossas ações.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$

1,00

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	19.458,00	-	19.458,00	-
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão UG	4.717.614,82	6.312.071,37	4.717.614,82	5.185.722,01
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	105.536,96	62.842,20	108.977,96	37.145,40
Inexigibilidade	603.768,54	775.566,62	603.768,54	605.227,44
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	319.534,05	244.278,86	319.534,05	244.278,86
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹				
Diárias	1.749.595,87	2.276.541,77	1.734.812,54	2.276.541,77
Outros				
Não se aplica	361.073,43	3.224.326,98	375.856,76	3.214.264,00

Fonte: SIAFI

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 18 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08 -OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	45.856,30	27.806,39	45.856,30	27.806,39	-	-	45.856,30	27.806,39
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	17.731,21	-	17.731,21	-	-	-	17.731,21	-
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes								
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.746.498,37	2.276.541,77	1.731.715,04	2.276.541,77	14.783,33	-	1.731.715,04	2.276.541,77
30 - MATERIAL DE CONSUMO	942.934,27	914.920,60	884.743,49	914.920,60	58.190,78	82.767,78	873.173,52	792.333,59
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	395.686,16	364.402,25	367.724,98	364.402,25	27.961,18	79.484,94	367.724,98	284.917,31
36 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	152.771,62	102.350,00	152.771,62	102.350,00	-	-	152.771,62	102.350,00
37- LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.876.314,37	2.695.749,33	1.875.606,45	-	707,92	167.188,92	1.875.606,45	2.317.352,83

Quadro 19 - Evolução de Gastos Gerais

Descrição	ANO		
	2008	2009	2010
1. PASSAGENS	479.886,38	367.724,98	284.917,31
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.447.947,48	1.744.037,59	2.276.541,77
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1 Publicidade	11.890,40	11.599,17	15.940,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	1.263.900,77	1.287.256,09	1.823.452,19
3.3 Tecnologia da Informação	151.763,79	154.715,72	104.819,01
3.4 Outras Terceirizações (apoio administrativo)	22.057,14	588.350,36	868.029,52
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	156.492,69	319.534,05	244.278,86
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	179.834,77	-	-
TOTAIS	3.713.773,42	4.473.217,96	-

FONTE/SIAFI – GERENCIAL E OPERACIONAL

2.4.1.4 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 20 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORC.	74.634,90	112.106,40	-	-	74.634,90	112.106,40	-	-
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - OP. INTRA-ORC.	1.475.649,96	448.577,48	133.705,53	448.577,48	1.341.944,43	31.907,59	117.609,53	120.903.389,00
5 - Inversões Financeiras								
6 - Amortização da Dívida								

FONTE: SIAFI/GERENCIAL E OPERACIONAL

2.4.1.5 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 21 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		2.548.388,41	2.543.898,31	4.490,10	2.282.098,13
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		7.894.422,69	6.985.969,14	908.453,55	6.941.497,47
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		112.106,40	-	112.106,40	-
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		64.042,53	64.042,53	1.000,00	63.042,53
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica ¹		-	-	-	-

FONTE: SIAFI GERENCIAL/OPERACIONAL

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	85,23
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal no exercício de 2010.						
Obs.: Para o calculo do índice foram considerados os inquéritos instaurados e relatados dentro do exercício de 2010.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Destaca-se que os resultados alcançados pela SR/ES atende ao índice previsto para o período.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	95%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados, no exercício de 2010.						
Análise do Resultado Alcançado:						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

Com relação ao Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal, não há indicadores a serem avaliados.

2.4.1.6 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 22 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
06 – Segurança Pública	122- Administração Geral	0750	2000	A	3	NÃO HÁ	NA	NA	NA	NA	7.894.422,69	NA
06 – Segurança Pública	422- Direitos Individuais e coletivos	1453	8375	A	3	Indenização Paga	NA	NA	NA	NA	64042,53	NA
06Segurança Pública	125- Normatização e Fiscalização	662	2679	A	3	Documento Emitido	NA	NA	NA	NA	295.800,00	NA
06 – Segurança Pública	128-Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado	NA	NA	NA	NA	6.290,10	NA
06 – Segurança Pública	181-Policciamento	0662	2726	A	3	Operação realizada	NA	NA	NA	NA	2.037.273,97	NA
06 – Segurança Pública	181-Policciamento	1353	8979	A	3	% Exec. Física	NA	NA	NA	NA	112.106,40	NA
06 – Segurança Pública	183-Informação e Eficiência	0662	2720	A	3	Ação realizada	NA	NA	NA	NA	209.024,34	NA

FONTE: SIAFI GERENCIAL /OPERACIONAL

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

O campo meta financeira foi preenchido com base nos valores liquidados por ação.

As considerações acerca das Funções, subfunções e programas e ações de governo foram comentadas detalhadamente no tópico 2.3.1 – Programas e ações.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

O DPF contratou assessoria técnica para promoção de indicadores de desempenho, a fim de viabilizar um sistema que possibilite a aferição de metas.

2.4.3 – Análise do desempenho

Conquanto não se tenha até o momento ferramentas para aferir indicadores de desempenho, percebe-se que o desempenho nesta regional tem sido satisfatório.

3 - Recursos Humanos

Quadro 23

Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		294		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		2		
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				

2.2.4	Sem vínculo				
2.2.5	Aposentado				
2.3	Funções gratificadas				
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão		23		
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas				
3	Total		323		

Fonte: SIAPE/SRH

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	12	124	124	57	6
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença		1	1		
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções gratificadas					

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira					52	242			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						2			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas						23			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte:

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	144	
1.1 Voluntária	113	2
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente	31	
1.4 Outras		
2 Proporcional	9	
2.1 Voluntária	5	
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente	4	
2.4 Outras		

Fonte:

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	61	10
2. Proporcional	38	

Fonte:

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
• Área Fim	12	12	12	12	64.964,68
• Área Meio	-	-	-	-	-
Nível Médio					
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte:

Valores em R\$
1,00

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	30.793.317		1.147.497	85.941	554.780			32581.535
2009	37.139.857		1.000.571	122.172	502.268			38764.868
2010	39.574.683		1.131.384	130.977	1.158.346			41995.390
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010	140.681							140.681
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								

2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	1.407.977							1.407.977
2009	1.251.160							1.251.160
2010	993.537							993.537
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	8.272.358							8.272.358
2009	8.736.053							8.736.053
2010	8.919.202							8.919.202

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO													
UG/Gestão: 200039/ 1							CNPJ: nº 00.394.494/0025-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	22/2009 JL	39.625.199/0001-89	01/11/2009	31/12/2010	37	37	1	1			E
2006	V	O	03/2006 VISEL	32.401.341/0001-65	01/01/2006	31/12/2010			29	29			E
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO													
UG/Gestão: UG/Gestão: 200039/ 1							CNPJ: 00.394.494/0025-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	2	O	04/2006 CEP	30.964.79 5/ 0001- 19	01/01/ 2006	31/12/ 2010			15	15			E
2009	7	O	20/2009 WORLD	00.491.54 2/ 0001-04	01/09/ 2009	31/12/ 2010	3	3	36	36			P
2006	4	O	11/2006 PC SERVICE	30.161.81 4/ 0001-79	24/01/ 2006	31/12/ 2010			2	2	2	2	E
Observação: A especificação dos terceirizados do contrato com a Empresa World Service, CNPJ: 00.491.542/0001-04, é a seguinte: digitadores: 05, copeiras 03 e recepcionistas 31.													
<u>LEGENDA</u>													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													

3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: 100

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
22/2009 JL	7	38	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO
03/2006 VISEL	8	29	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO
04/2006 CEP	2	15	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO
20/2009 WORLD	9	39	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO
11/2006 PC SERVICE	4	4	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e

5. Serviços de Brigada de Incêndio;

6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

7. Higiene e Limpeza;

Operacional;

8. Vigilância Ostensiva;

2. Manutenção e Conservação de Bens
Imóveis;

9. Outras.

3. Serviços de Copa e Cozinha;

4. Manutenção e conservação de Bens
Móveis;

Fonte: 100

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2010

Quadro 25 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2010

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	1.577.078,06	47.189,27	1.372.344,51	157.544,28
2008	7.221,34	-1.078,72	6.142,62	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	96.036,22	-	95.836,22	-
2008	2.259.693,93	-98.885,99	2.160.807,94	-
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial/OPERACIONAL

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 - Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Controladoria-Geral da União em 2009 considerou as contas desta Superintendência como REGULAR, conforme Certificado de Auditoria nº 244051.

As recomendações propostas pela CGU em 2009 estão relacionadas abaixo com as respectivas providências adotadas.

Quadro 26 – Relação das Recomendações da CGU e suas Providências

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
244051	2.1.2.1	Setor de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação:		
RECOMENDAÇÃO: 001		
Corrigir o pagamento das pensões identificadas, após a comunicação da impropriedade aos pensionistas dos instituidores de pensão identificados e a concessão do prazo legal para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.		
RECOMENDAÇÃO: 002		
Realizar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observando a prescrição quinquenal.		
Providências adotadas:		
- ERMIRIO PEREIRA MARQUES – SIAPE 0177106 – Após encaminhamento ao DPAG/CRH/DGP/DPF, foi notificada a Pensionista Sra. Lucia Pereira Nunes Marques, para desconto de acordo com a Lei 8112/90.. - JOSE WALDIR MERÇON – SIAPE – 0175036 – Foi encaminhada ao DPAG/CRH/DGP/DPF, solicitação de correção de título de pensão da pensionista Sonia Batista Dias, constatando-se que os valores pagos estão corretos. - MOACYR VESCOVI – SIAPE – 0177077 – Processo encaminhado ao DPAG/CRH/DGP/DPF, da Pensionista Cisilina Andrade Vescovi, para análise e posterior devolução com as providências cabíveis.		
Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
244051	2.1.2.2	Setor de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação:		
RECOMENDAÇÃO: 001		
Após a comunicação da impropriedade e a concessão de prazo para que ela exerça seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, excluir o pagamento da rubrica SIAPE nº 82601 - VPNI-		

IRRED.REM.ART.37-XV CF/AP da ficha financeira da aposentada de matr. SIAPE 0544427.

RECOMENDAÇÃO: 002

Realizar o levantamento dos valores pagos indevidamente à aposentada para fins de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.

Providências adotadas:

- LEOLINA MOREIRA PEREIRA CARNEIRO – A servidora foi notificada e foi providenciado os descontos na forma da Lei 8112/90. A rubrica foi excluída.

Nº Relatório	Item do Relatório	Setor Responsável pela Implementação
244051	3.1.3.1	Setor de Recursos Humanos

Descrição da Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Após a comunicação da impropriedade e a concessão de prazo para que eles exerçam seus direitos à ampla defesa e ao contraditório, excluir o pagamento da diferença de vencimento/proventos prevista no artigo 7º, da Lei nº 8.270/1991 (rubricas SIAPE nº 00490 e nº 00491); da Vantagem Pessoal prevista no artigo 13 da Lei nº 8.216/1991 (rubrica SIAPE nº 00175); da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI prevista no artigo 7º, § 2º, do Decreto nº 90.698/1984 (rubrica SIAPE nº 00279) e da rubrica SIAPE nº 00854 - RESIDUOS ATS-EX-LBA - OC 32/97 da ficha financeira dos interessados. Somente se a redução dessas vantagens tornar o atual valor da remuneração menor do que o valor recebido em fevereiro/2008 (folha de pagamento anterior à vigência financeira da Medida Provisória nº 431/2008) deverá ser concedida aos interessados uma vantagem pessoal nominalmente identificada com fundamento no princípio da irredutibilidade de remuneração/proventos.

RECOMENDAÇÃO: 002

Realizar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados para fim de ressarcimento ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990

Providências adotadas:

- a) Diferença de Vencimentos – Rubricas SIAPE 00490 e 00491.

Servidor SIAPE 0186457 – efetuados os devidos descontos na forma da Lei 8112/90. Com relação aos servidores SIAPE – 0186453, 0186455, 0186456 e 0186454, foram notificados, porém não foram efetuados os descontos devido ao mandado de Citação e Intimação nº MTL-0501.000053-2/2010 do 1º Juizado Federal de Vitória – ES. As rubricas foram excluídas.

- b) Vantagem Pessoal – Art. 13 Lei 8216/91 – rubrica SIAPE - 00175

Servidores SIAPE – 0177075, 0177107, 0177123 e 0177093, foram notificados e providenciados os referidos descontos, bem como exclusão da rubrica. Os servidores 0177060, 0177118 e 0177117, foram contatados e estamos aguardando os mesmos aqui no SRH/SR/DPF/ES, para serem notificados. Em relação aos servidores 0177077, 0175036, 0177106 e 1058904, falecidos, foi providenciada a exclusão da rubrica.

- c) Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI – SIAPE – rubrica 00279 – Art. 7º Lei 90698/1984.

Servidores SIAPE - 0186453, 0186455 e 0186456, foram notificados, porém não foram efetuados os descontos devido ao mandado de Citação e Intimação nº MTL-0501.000053-2/2010 do 1º Juizado Federal de Vitória – ES. Quanto ao servidor 0186457, foi notificado e feito o referido desconto. A rubrica foi excluída de todos os servidores.

- d) Resíduo de ATS Rubrica SIAPE – 00854 – RESIDUOS ATS-EX-LBA – OC 32/97.

Servidor – SIAPE – 0751618, foi notificado, porém não foram efetuados os descontos devido ao mandado de Citação e Intimação nº MTL-0501.000053-2/2010 do 1º Juizado Federal de Vitória – ES. A rubrica foi excluída.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União.

Quadro 27 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-0020.212/2007-7	ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara	1.5.1.1	DE/RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo					
Descrição da Deliberação:					
Efetue o recadastramento anual de aposentados e pensionistas vinculados a esta unidade, na forma prevista no Decreto n. 2.251/1997;					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O Setor responsável está efetuando o cadastramento conforme determinado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC-0020.212/2007-7	ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara	1.5.4.1 a 1.5.4.5	DE/RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo					
Descrição da Deliberação:					
Reiteram os itens 6.1.1.1 a 6.1.1.5 do relatório da Controladoria Geral da União, já respondidos no					



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

quadro 26 do relatório de gestão 2009.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Recursos Humanos					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Respondido no Relatório de Gestão 2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
3	TC- 0020.212/20 07-7	ACÓRDÃO Nº 1498/2009 - TCU - 1ª Câmara	1.5.1.2 a 1.5.1.3	DE/RE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Espírito Santo					
Descrição da Deliberação:					
1.5.1.2 – Utilize o sistema de Registro de Preços nos casos cabíveis, em atendimento o Decreto 2.251/1997;					
1.5.1.3 – Providencie o registro de preços nos casos cabíveis, em atendimento ao Decreto n. 3.931/2001, apresentando justificativas pertinentes quando não vier a empregá-lo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Setor de Logística					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
O setor responsável está cumprindo as referidas determinações.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					



12 - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2010

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.



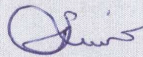
13 - Outras Considerações



14 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ): SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ES	Código da UG: 200352 - 200353
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES 	CRC nº DF-12534/O-8



15 - Declaração do Setor de Recursos Humanos



DECLARAÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS LISTA DE BENS E RENDA

Declaro, para fins do disposto no Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de Outubro de 2010, que todos os servidores constantes do Rol de Responsáveis desta Unidade Jurisdicionada estão em dia com a exigência de apresentação da Declaração de Bens e Renda de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Vila Velha/ES, 30 de março de 2011.

Chefe do Setor de Recursos Humanos/SR/DPF/ES


Elisa de Oliveira Barboza
DAT - Matrícula 5459
Chefe do SRH/SR/DPF/ES
